

MEIO AMBIENTE Veja vídeo sobre a situação do Rio Joanes no portal

www.atarde.com.br

ANDERSON SÓTERO

Sentado às margens do rio Joanes, num dos trechos em que o manancial corta o município de Camaçari, o pedreiro Bartolomeu Santos, 53, gasta um par de horas na esperança de pegar peixes pequenos. É que mais tarde, quando o sol estiver perto de dar um descanso, ele vai arriscá-los como isca para capturar peixes maiores, cada vez mais escassos e que poderão servir de alimento para ele e a família.

“Com essa paradeira aí (de trabalho), onde é que você está me encontrando? Na beira do rio. O Joanes já matou a fome de muita gente. E a minha também”, contou. Há mais de 30 anos, quando ele chegou para morar na cidade, a realidade, no entanto, era outra. Era mais fácil pescar e havia fartura.

“Os peixes diminuíram depois dessa poluição do rio que sai de Camaçari (um afluente do Joanes), esse esgoto. O Joanes está morrendo com essa sujeira que desce da cidade. Sinto dentro de mim como se já estivesse morrendo. O rio está 30% do que era”, lamentou o pedreiro, referindo-se ao impacto provocado pelo degradado rio Camaçari na bacia do Joanes.

Em busca dos principais problemas que o Joanes apresenta, A TARDE tem seguido o curso desse manancial que passa por sete municípios da região metropolitana e é responsável pelo abastecimento de cerca de 40% da água que cai nas torneiras das casas de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Em Camaçari, a cidade visitada nesta edição – a reportagem já passou por São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Candeias –, a equipe foi recebida pela secretária de Meio Ambiente da prefeitura, Juliana Paes.

Preservação

Munida de mapas da região que ultrapassavam o tamanho da sua mesa de trabalho, a secretária afirmou que, no trecho do Joanes que margeia Camaçari e que tem 37 quilômetros de extensão, “há preservação”, que as matas ciliares não foram retiradas. O rio serve de limite entre o município e as cidades de Simões Filho, Lauro de Freitas e Dias D’Ávila.

“Desses 37 quilômetros, a maior parte, cerca de 95%, não está ocupada, ou seja, são áreas que não estão urbanizadas, que as matas ciliares e as margens dessa arte do rio se mantêm preservadas até por serem áreas rurais”, afirmou. Os 5% restantes estão concedidos na área do distrito de Abrantes, em região urbana. Mas, segundo Juliana, que também é urubista, é uma “ocupação ordenada”.

afirmação da gestora, no entanto, vai de encontro à lição que o Instituto de Meio Ambiente e Recursos (Inema) tem da região. Por ter a nascente e a entrada da Bahia, o Joanes é um rio cuja gestão é de responsabilidade do governo do estado.

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).



“Desses 37 quilômetros, a maior parte, cerca de 95%, não está ocupada”

JULIANA PAES, secretária de Meio Ambiente de Camaçari

37 km

é a extensão do trecho do Joanes que margeia Camaçari e serve de limite entre a cidade, Simões Filho, Lauro de Freitas e Dias D’Ávila

Grande desafio é conciliar expansão urbana e preservação do manancial



Cleiton Soares, 16 anos, consegue R\$ 200 por semana com a pesca no Joanes

Pescadores do distrito de Parafuso reclamam de degradação do rio

Com apenas sete anos, o estudante Cleiton Lopes começou a pescar no rio Joanes, num lugar chamado de Prainha, no distrito de Parafuso, em Camaçari. Hoje, ele está com 16 anos e repete a rotina de semanalmente pegar uma canoa e remar até encontrar um bom lugar.

Quando a reportagem chegou ao local, o rapaz se preparava para mais um dia de pesca. A canoa estava na beira da Prainha, onde era possível ver lixos descartados, como sacolas plásticas e latas. “Vivo aqui do rio. Os problemas que existem aqui é que antigamente a água era mais limpa. Mas a situação piorou”. É do rio que o estudante consegue tirar seu sustento. Com os peixes que vende, ganha em média R\$ 200 por semana. Ele reclama, ainda, das pessoas que não respeitam o local e descartam lixo.

“Eu me sinto triste porque o pessoal não zela pelo que tem que é um rio bom do

para pescar, se divertir, mas as pessoas não entendem isso. Cada um tem sua consciência. Faz o que quer. Ainda tem esse rio Camaçari, tem um esgoto que tudo de ruim só vem pra esse rio aqui”, lamentou Cleiton.

O jovem Lucas Magalhães, 20, também pesca no local. Ele montou um grupo no whatsapp com outros moradores para mostrar a situação do Joanes e buscar soluções e disse que o espaço de pesca foi reduzido. Boa parte do local está tomado pela planta baronesa. “Era bem mais limpo. Não tinha essas baronessas. A gente ia até longe. Agora, não dá”.

O integrante da Ocip Rio Limpo Caio Marques destacou que a baronesa significa matéria orgânica em suspensão. “Ela não é causa. É consequência. Em água pura, limpa, ela não se desenvolve. Mas não adianta resolver a consequência. Tem que retirar essa matéria lançada na água”, disse.

A poucos quilômetros da Prainha, num trecho da divisa entre Camaçari e Simões Filho, o autônomo Cosme Conceição, 49, também tenta tirar alimento do Joanes. “O rio tinha muito peixe. Não era tão explorado como é agora. Hoje ele está bem explorado e está mais poluído um pouco. Eu pegava dez, quinze quilos e hoje tem vez que eu não pego um quilo. Tem dias que não pego nada. É triste”, frisou.

Para ele, o crescimento da população das cidades tem impactado no manancial. “A tendência é acabar o peixe mesmo. Muita gente pescando de todo tipo de material. Aqui (o rio) é tudo, é saúde, é lazer, é pescaria, nós vivemos disso. Quando não estamos trabalhando, a gente vem para o rio pegar um peixe, botar rede, vem passar fim de semana na beira do rio, fazer um churrasquinho. Isso aqui abastece Salvador. Se ele acabar, como é que Salvador vai ficar?”.



Aumento da ocupação preocupa

O “grande desafio” em Camaçari, na avaliação da secretária Juliana Paes, é conciliar expansão urbana e preservação. Neste quesito, a construção da Via Metropolitana, rodovia que liga a BA-526 à BA-099, é motivo de preocupação. O problema, disse a urbanista, está no fato de que essa nova via que está localizada próxima ao rio servirá como atrativo para a ocupação da região.

Essa preocupação, segundo ela, será refletida na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari, o que ocorrerá em 2018. “Nossa preocupação hoje é que tenhamos regras claras e objetivas, ou seja, possamos proporcionar aqui no município um ambiente de segurança jurídica, com uma lei atualizada na questão ambiental”.

A Bahia Norte, concessão que está à frente da construção da Via Metropolitana, informou que a obra está prevista para ser finalizada “nos primeiros meses de 2018”. Sobre impactos no Joanes, a Bahia Norte frisou que as obras são acompanhadas pelo Inema e que foi realizado trabalho prévio de resgate da flora nativa e produção de 18 mil mudas que serão replantadas após conclusão das obras.

Cosme, que já chegou a pescar 15kg de peixe, hoje tem resultados menores

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).

Quando o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) pitanga, instância criada em 1999 para preservar o rio, Geneci Bras, em todas as cidades por onde o rio há assoreamento. “A partir de Camaçari até a foz do rio, há uma ocupação irregular, falta de saneamento, lançamento de esgoto e poluição”, disse. A maior preocupação, contou a secretária, está na ocupação urbana nas áreas próximas ao rio. Há uma incompatibilidade com a preservação (ver matéria publicada em 12/11/2017).